Uni-FACEF CENTRO UNIVERSITÁRIO DE FRANCA LÍVIA DA SILVA NUNES

A EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL: um estudo da participação do Sicoob no sistema bancário, no período de 2014 a 2016

FRANCA 2018

LÍVIA DA SILVA NUNES

A EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL: um estudo da participação do Sicoob no sistema bancário, no período de 2014 a 2016

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado *ao Uni-FACEF Centro Universitário de Franca*, para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Elvisney Aparecido Alves

FRANCA 2018

LÍVIA DA SILVA NUNES

A EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL: um estudo da participação do Sicoob no sistema bancário, no período de 2014 a 2016

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao *Uni-FACEF Centro Universitário de Franca*, para obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Franca, 26 de Outubro de 2018.
Orientador:
Nome: Prof. Dr. Elvisney Aparecido Alves
Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Examinador(a):
Nome: Prof. Ms. Pedro Henrique Nascimento
Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca
Examinador(a):
Nome: Prof. Ms. Fernandina Fernandes de Lima Medeiros

Nome: Prof. Ms. Fernandina Fernandes de Lima Medeiros Instituição: Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

Dedico este trabalho aos meus pais Maria Euvaldo que me proporcionaram carinho, amor e conhecimento integridade, da perseverança e que são os principais responsáveis pela pessoa que estou me tornando, minha irmã que sempre me ajuda e me apoiou em todos os momentos, não posso esquecer-me dos meus amigos e professores que me acompanharam durante todos esses anos de vida acadêmica, pela dedicação, alegrias, suporte, compreensão sobretudo pela fé depositada em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

- a Deus, por ser essencial em minha vida, meu guia, autor do meu destino;
- aos meus pais e minha irmã que me ajudaram chegar até essa etapa da minha vida;
- aos meus parentes e familiares, pela confiança depositada em mim;
- ao meu orientador, o Prof. Dr. Elvisney Aparecido Alves, por acreditar e me apoiar durante todo o desenvolvimento deste projeto;
- a todos os professores que me acompanharam durante toda a graduação e que repassaram um pouco do seus conhecimentos;
- aos meus amigos e amigas (Daiany Correa, Jorge Cardoso, Marina Yamashita, Marcos Vinicius, João Guilherme e Daiton Mendonça) que adquiri durante todo esse período da vida acadêmica, companheiros de trabalhos e irmãos na amizade, que fizeram parte da minha graduação e que com certeza vão continuar presentes na minha vida;
- e a todos que contribuíram direta ou indiretamente na minha formação, o meu muito obrigada.

Uma cooperativa de crédito não é um negócio financeiro ordinário, buscando enriquecer seus membros às expensas do público em geral. Nem é uma empresa de empréstimos, buscando fazer lucro às expensas dos infortunados. A cooperativa de crédito não é nada desse tipo; é a expressão no campo da economia de um ideal social elevado.

(Alphonse Desjardins apud Meinen, 2016, p. 157).

RESUMO

Este estudo procurou analisar a evolução das cooperativas de crédito rural e a participação do Sicoob no sistema bancário, no período de 2014 a 2016. Com o intuito de demonstrar a evolução do cooperativismo financeiro no Brasil, foi analisado como surgiu essa ideia, tanto no Brasil quanto no mundo, e como é ofertado o crédito rural pelas cooperativas, comparando a parcela de mercado das cooperativas com os bancos comerciais, onde procurou compreender como se deu a participação das cooperativas de crédito rural no sistema financeiro nacional e se houve progresso no período de 2014 a 2016. A metodologia utilizada neste trabalho foi a descritiva e dedutiva, baseada em indicadores quantitativos, para poder melhor compreender e analisar a evolução das cooperativas de crédito rural, em específico a participação do Sicoob no sistema bancário. Desta forma, conclui-se que houve evolução das cooperativas de crédito rural no sistema bancário, incluindo todos os agregados financeiros, com taxa de crescimento de 50,77% em ativos, 35,09% em patrimônio líquido, 52,25% em depósitos totais e 24% em operações de crédito.

Palavras-chave: Cooperativismo. Sicoob. Crédito Rural. Evolução.

ABSTRACT

This study tries to analyze the evolution of the rural-credit cooperatives and the participation of Sicoob in the banking system, from the period of 2014 to 2016. Looking to demonstrate the evolution of financial cooperativism in Brazil, it is shown how this idea appeared in Brazil and in the world, and how it is offered the rural-credit by the cooperatives, comparing the parcel of the market by the cooperatives and by the commercial banks. This study's problem is to verify the participation of the rural-credit cooperatives in the financial national system and if there is progress in the period from 2014 to 2016. The methodology used is descriptive and deductive, based on quantitative indicators, so it is possible to analyze the evolution of the rural-credit cooperatives and to study the participation of Sicoob in the banking system. Therefore, it is concluded that there was evolution in the rural-credit cooperatives in the banking system, including all financial aggregates, with growth rate of 50,77% in assets, 35,09% in net worth, 52,25% in total deposits and 24% in credit operations.

Keywords: Cooperativism. Sicoob. Rural-Credit. Evolution

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Distribuição das cooperativas por regiões2	20
Figura 2. Sistemas Cooperativos do Brasil2	21
Figura 3. Estrutura do sistema Sicoob2	21
Figura 4. Taxas de juros mensais em média praticadas pelos Bancos em geral	е
pelas cooperativas de crédito no ano de 20182	28
Figura 5. Participação de mercado das cooperativas de crédito rural nos anos c	de
2015 a 20173	32
Figura 6. Histórico das cooperativas de crédito rural na participação do sistem	າa
financeiro no período de 2015 a 20173	32
Figura 7. Valores dos contratos de crédito rural que as cooperativas repassara	m
para produtor rural no período de 2014 a 20163	35
Figura 8. Quantidade de cooperativas no Brasil no período de 2000 a 20174	ł2
Figura 9. Evolução das cooperativas em ativos no período de 2011 a 20174	14
Figura 10. Evolução dos ativos totais no sistema Sicoob do ano de 2012 a 20174	ł5
Figura 11. <i>Market Share</i> do Sicoob em ativos totais em 20174	ļ 7
Figura 12. Evolução do patrimônio líquido no sistema Sicoob do ano de 2012 a 201	17
4	ļ7
Figura 13. <i>Market Share</i> do Sicoob em patrimônio líquido em 20174	ł8
Figura 14. Evolução dos depósitos totais no sistema Sicoob do ano de 2012 a 201	7
4	19
Figura 15. Market Share do Sicoob em depósitos totais em 20175	50
Figura 16. Evolução das operações de crédito no sistema Sicoob do ano de 2012	а
20175	51
Figura 17. <i>Market Share</i> do Sicoob em operações de crédito em 20175	53
Figura 18. Evolução da quantidade de cooperados analisando o período de 2010	а
20165	53

LISTA DE QUADROS

(Quadro	1.	Principais	diferenças	entre	cooperativas	de	crédito (e bancos	26

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição das cooperativas singulares por segmento24
Tabela 2. Participação das cooperativas de crédito no Patrimônio Líquido, Ativos,
Depósitos e Operações de Crédito em relação ao segmento financeiro bancário no
período de 2016
Tabela 3. Análise da taxa de crescimento das linhas de crédito rural em proporção
do PIB Agropecuário, nos anos de 2014 a 2016 (Em R\$ milhões)37
Tabela 4. Taxas de Crédito Rural do Sicoob no Plano Safra Jul/2017 – Jun/201840
Tabela 5. Posição do Sicoob Ativos em relação ao mercado bancário no ano de
201746
Tabela 6. Posição do Sicoob Patrimônio Líquido em relação ao mercado bancário no
ano de 201748
Tabela 7. Posição do Sicoob Depósitos em relação ao mercado bancário no ano de
201750
Tabela 8. Posição do Sicoob operações de crédito em relação ao mercado bancário
no ano de 201752

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 A HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO	15
1.1 A HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO NO BRASIL	17
1.1.1 Benefícios do Cooperativismo	18
1.2 COMO AS COOPERATIVAS SÃO ORGANIZADAS	20
1.2.1 Segmentos das cooperativas singulares	23
1.3 RELAÇÕES DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO COM OS BANCOS	25
1.3.1 Diferença das taxas de crédito entre os Bancos e as cooperativas	27
2 CRÉDITO RURAL	29
2.1 COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL	31
2.1.1 Financiamento agrícola nas cooperativas	33
2.2 FONTES DOS RECURSOS DAS COOPERATIVAS	38
3 A EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS	42
3.1 PARTICIPAÇÃO DO SICOOB NO SISTEMA BANCÁRIO	45
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

O presente trabalho acadêmico teve como objetivo analisar a evolução das Cooperativas de Crédito Rural, com foco no sistema Sicoob, ao longo do período de 2014 a 2016. A intenção foi demonstrar o papel dessas cooperativas e o impacto que as mesmas provocaram no sistema financeiro nesse período recente de instabilidade econômica da economia brasileira.

Partindo do pressuposto que o cooperativismo busca a ética, o cuidado com a sociedade e a cooperação, pode-se dizer que ele visa à transformação do mundo em um lugar melhor, uma vez que é possível unir o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social, produtividade com sustentabilidade, o individual com coletivo.

O intuito das cooperativas de crédito é proporcionar satisfação aos seus cooperados, suprindo suas necessidades de forma distinta dos bancos comerciais, com rapidez e economia. Afinal, essas instituições financeiras visam o ganho coletivo, pois os resultados financeiros obtidos (lucros) são destinados aos seus cooperados.

Segundo o site eletrônico Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), é sancionada as seguintes leis para as cooperativas de crédito, a Lei nº 5.764/1971 e a Lei Complementar nº 130/2009 e são fiscalizadas e regularizadas pelo Banco Central (BACEN), estabelecendo direitos e deveres aos associados e definindo que o ato cooperativo não é sujeito a tributos.

O Sicoob é o maior sistema financeiro cooperativo do país, é composto por cooperativas de crédito que são divididas por segmentos para atender as necessidades dos seus cooperados. O rural é o segmento com o maior número de cooperativas de acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), os associados desenvolvem qualquer cultura ou criação rural. Esse segmento tem o objetivo de suprir as necessidades do produtor rural, oferecendo financiamentos para alavancar seus empreendimentos.

Partindo das premissas apresentadas, o objetivo deste trabalho foi compreender e descrever a evolução das cooperativas de crédito rural, no período recente de instabilidade econômica brasileira, contribuindo para explicar qual foi o crescimento delas no mercado financeiro.

Para tanto, apoiado em um estudo bibliográfico acerca do tema, no primeiro momento foi retratado a história geral do cooperativismo, seus benefícios e as principais diferenças das cooperativas com o setor bancário. No segundo, apresentamos as regras e os diferentes financiamentos para o produtor rural, e o repasse dos recursos que as cooperativas ofertam para seus produtores rurais, e, por meio de dados, demonstrar-se-á o progresso recente das cooperativas de crédito rural no sistema financeiro nacional.

1 A HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO

Nas sociedades antigas se tinha um mundo que desconhecia os valores humanos, não existia dignidade, respeito, honestidade, responsabilidade e transparência. Os indivíduos não podiam lutar pelos seus direitos, viviam na miséria, na injustiça, só existiam aqueles que visavam poder e pensavam apenas em si.

A Revolução Industrial trouxe uma série de crises, a ideia de cooperativismo surge em meio a essas transformações na cidade de Rochdale na Inglaterra, uma vez que a população passou a se unir para lutar por direitos. E assim surgiu o conceito de cooperação que: "Etimologicamente (do verbo latino cooperari, de cum e operari = operar junto com alguém) significa a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação" (ETGETO, 2005, p. 8), ou seja, é a busca do bem comum, onde os indivíduos se unem com um único propósito.

De acordo com o portal do Cooperativismo Financeiro (COOP, 2010) em 1844, foi criada a primeira cooperativa na Inglaterra no bairro Rochdale-Manchester, constituída por 28 operários, conhecida como Sociedade dos Probos de Rochdale, e tinha como objetivo transformar as condições de vida e realizar uma reforma mais ampla.

Os operários buscavam combater o capitalismo e se uniram para comprar e vender mercadorias locaram um armazém com um capital inicial e todas as mercadorias que recebiam em grande quantidade, estocavam, e com isso vendiam a preços mais baixos (ETGETO *et al.*, 2005).

Diante disso o cooperativismo foi evoluindo, o capital da sociedade aumentou, o que fez com que mais pessoas se interessassem ao modelo de negócios e com o passar do tempo acabou se tornando modelo para outros grupos. Com o sucesso e sendo voltado para o desenvolvimento humano de forma igualitária, com dignidade, respeito e honestidade, combatendo problemas socioeconômicos, o cooperativismo foi sendo aceito por todos, principalmente pelos governos.

A primeira cooperativa Rochdale, considerada a mãe de todas as outras, estabeleceu normas e princípios, que serviram para orientar a estrutura e o

funcionamentos das cooperativas fundadas ao redor do mundo todo. De acordo com Etgeto *et al.*, (2005, p. 10):

- 1º a Sociedade seria governada democraticamente, cada sócio dispondo de um voto;
- 2º a Sociedade seria aberta a quem dela quisesse participar, desde que integrasse uma quota de capital mínima e igual para todos;
- 3º qualquer dinheiro a mais investido na cooperativa seria remunerado por uma taxa de juro, mas não daria ao seu possuidor qualquer direito adicional de decisão;
- 4º tudo o que sobrasse da receita deduzidas todas as despesas, inclusive juros, seria distribuída entre os sócios em proporção às compras que fizessem da cooperativa;
- 5º todas as vendas seriam à vista;
- 6º os produtos vendidos seriam sempre puros e de boa qualidade:
- 7º a Sociedade deveria promover a educação dos sócios nos princípios do cooperativismo; e a Sociedade seria neutra política e religiosamente.

Com o passar dos anos estes princípios foram sendo adaptados para as novas realidades, o que resultou na aprovação de 7 princípios para toda e qualquer cooperativa do mundo pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1995 na cidade de Manchester na Inglaterra, que teve como objetivo espelhar e proteger as organizações cooperativas.

- 1. Associação voluntária e aberta: podem associar-se todos aqueles que apresentem condições de utilizar seus serviços e queiram aceitar as responsabilidades de associado.
- 2. Controle democrático dos membros: significa participação ativa e direta de todos os associados, quer no estabelecimento de diretrizes políticas, quer na tomada de decisões.
- 3. Participação econômica dos membros: controle democrática. uA Assembleia Geral definiu rateio ao capital subscrito como condição ao membro que associa se à cooperativa (quotas-partes), na proporção de suas transações com a cooperativa.
- 4. Autonomia e independência: a cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural.
- 5. Educação, treinamento e informação: dos associados, dos representantes eleitos, dos executivos e empregados da cooperativa para que eles possam, efetivamente, contribuir para o seu desenvolvimento.
- 6. Cooperação entre cooperativas: o trabalho conjunto e/ou a interação das cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira mais efetiva.
- 7. Preocupação com a comunidade: os membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades. (UNESCO, s/d, p. 1-2).

Fundamentado nestes princípios, as cooperativas se diferenciam das empresas tradicionais, onde os indivíduos se unem em busca de conquistar o

mercado, dividindo os resultados e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico.

1.1 A HISTÓRIA DO COOPERATIVISMO NO BRASIL

Segundo Etgeto *et al.*, (2005) o cooperativismo no Brasil começa a ser conhecido por volta de 1841, com a vinda do imigrante Francês Benoit Julis de Mure. Sabe-se que os primeiros povos, indígenas que aqui viviam praticavam o cooperativismo, onde se preocupavam mais com o bem estar da família e do próximo, do que os interesses econômicos.

Junto com os imigrantes alemães e italianos vieram os conhecimentos de cooperativismo e com isso começaram a fundar as cooperativas em todo o Brasil. De acordo com Etgeto *et al.*, (2005, p. 12) "em 1902, os alemães estimulados pelo Padre Jesuíta Theodor Ambstadt, fundaram a primeira cooperativa de credito rural, em Vila império, atualmente Nova Petrópolis/RS". Esse segmento de cooperativa é o mais antigo do País, e foi e continua crescendo com o passar dos anos.

A ideia de criar uma cooperativa de crédito veio do Alphonse Desjardins em Lévis (Québec), que sentiu se afrontado pelas altas taxas de juros cobradas pelos bancos comerciais e agiotas. Por este motivo, criou em pequenos vilarejos, cooperativas de crédito ou caixas de crédito popular, buscando solucionar as necessidades dos tomadores de crédito, de forma mais justa e competitiva (ETGETO *et al.*, 2015).

A partir de 1964, as cooperativas sofreram crises e alguns reveses, parte dos bancos comerciais reivindicavam o modelo cooperativista no setor financeiro. Entretanto, houve a interferência do Banco Central (BACEN) – órgão responsável pela normatização e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo sancionada as seguintes leis, a Lei nº 5.764/1971 e a Lei complementar 130/2009, ambas fiscalizadas e regularizadas pelo Bacen.

As referidas leis estabeleceram direitos e deveres aos associados e definiu o ato cooperativo não sujeito a tributos de acordo com o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP). A constituição de uma cooperativa de crédito se dá mediante o estatuto registrado na junta comercial, obrigatoriamente é preciso

executar formalidades legais dos atos societários. Além disso, segundo Geriz (2004, p.95), são recolhidos pelo banco central:

[...] cinquenta por cento do capital, que será integralizado no ato da abertura e o restante em até um ano, contando com a data na publicação no Diário Oficial. O capital social das sociedades cooperativas é constituído por quotas-partes, cujo valor unitário não pode ser superior ao salário mínimo vigente no País. Nenhum associado poderá subscrever mais de 1/3 (um terço) do total das quotas partes.

Segundo Etgeto *et al.*, (2005), com a interferência do Banco Central houve a possibilidade da criação de dois bancos cooperativos, o Bansicredi foi criado em 1996 e em 1997 o Banco Cooperativo do Brasil SA (BANCOOB), que é uma instituição controlada pelas cooperativas centrais de crédito, que desenvolve e disponibiliza os produtos e serviços bancários, facilitando a redução dos custos. Contudo, isso leva as cooperativas a se assemelhar cada vez mais com o mercado bancário.

Levando em consideração esses aspectos, compreende-se o quão importante é o cooperativismo na vida da sociedade, e a importância da criação das cooperativas em todo mundo, é por esses motivos que as mesmas foram evoluindo e hoje fazem parte do financeiro de milhões de pessoas.

1.1.1 Benefícios do Cooperativismo

As cooperativas de crédito surgem com o intuito de melhor a vida daqueles que nela estão inseridos. Trouxeram a transformação do mundo e das pessoas, visando o coletivo, a união e a satisfação de todos. Para se diferenciarem do mercado financeiro as cooperativas não visam lucros em si, mas os seus associados, promovendo uma competição mais justa, pois, trazem os mesmos produtos e serviços de um banco comum, mas com taxas baixas e isenções de tarifas. Pode-se dizer que a história do cooperativismo demonstra o que ele realmente é hoje, segundo Meinen (2016, p. 17):

Na cooperativa o ser humano é o centro das atenções, enquanto o capital é mero insumo para a construção de soluções de uso compartilhado entre os donos do empreendimento coletivo. A cooperativa é uma organização de pessoas que utilizam o capital a seu serviço, ao passo que a empresa convencional é uma organização de capital que se serve das pessoas.

O cooperativismo cria riqueza, e dividi com os seus cooperados, pois os mesmos são donos das cooperativas, trabalham coletivamente para juntos obter resultados, valorizando o capital humano, por isso não se usa a palavra lucro.

A ética é um dos lemas do cooperativismo, o cuidado com a sociedade e a cooperação, torna possível unir/aliar o desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, produtividade com sustentabilidade, individual com o coletivo. As cooperativas trazem satisfação para seus cooperados em todas as localidades, conforme é destacado no 7º principio ("Preocupação com a comunidade") aprovado pela ACI, em razão disso, a mesma traz investimento para o ambiente que se encontra instalada, melhorando a qualidade de vida de todos, sendo associados ou não. As cooperativas atuam economicamente, pois geram novos empregos, aumenta o consumo, aumenta o crédito (taxas baixas são bem mais atrativas), eleva os investimentos em outras áreas, como por exemplo, educação, saúde e segurança.

Pode-se compreender, que as organizações cooperativas tem o comprometimento de reconhecer seus cooperados, passando segurança e confiança, o que eleva essas organizações a um patamar diferenciado.

De acordo com Meinen (2016, p. 19), as características pertencentes às cooperativas, são:

A comunhão de interesses de uma coletividade de pequenos empreendedores;

O intercâmbio de soluções por meio da ajuda mútua (ex: quem tem empresta, mediante expectativa de justa remuneração, para quem não tem); O desenvolvimento pela soma de esforços e não pela competição (construção conjunta: "a união faz a força");

A ausência de hierarquia entre os empreendedores (propriedade de comum, com gestão democrática);

A flexibilidade e a busca de soluções personalizadas e tempestivas de acordo com a demanda dos usuários;

A autonomia e empoderamento dos destinatários das soluções (usuários/cooperados no centro das decisões)

A transparência na condução dos empreendimentos;

O compartilhamento de estruturas e de outros recursos, otimizando investimentos, reduzindo impactos ambientais e gerando economia para os usuários;

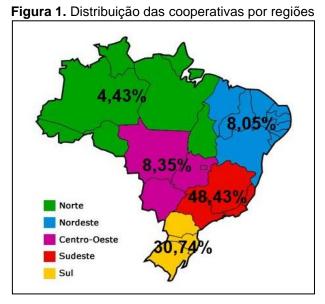
O partilhamento dos resultados;

A importância de uma cooperativa em uma comunidade é crucial, são inúmeras vantagens que trazem mudança para a economia e o meio social. A terceira característica ganha destaque, pois vivemos em um mundo onde o capitalismo predomina, e trocar a competição pela soma de esforços fazem as

pessoas serem melhores e pensarem mais no próximo. Segundo Rifkin a*pud* Meinen (2016, p. 20) "o capitalismo como conhecemos está acabando. Após 2008, existe uma desconfiança cada vez maior com bancos. A cooperativa é o único modelo de negócio que funcionara em uma sociedade com custo marginal próximo de zero".

1.2 COMO AS COOPERATIVAS SÃO ORGANIZADAS

Atualmente o Brasil conta com cerca de 1.078 cooperativas funcionando e monitoradas pelo sistema financeiro (BACEN, 2018a), correspondendo a R\$ 296 bilhões dos ativos totais (BACEN, 2016a), elas estão ligadas aos sistemas SICOOB, SICREDI, UNICRED, ANCOSOL, e outros sistemas, tais como: CECRED, CRESOL e UNIPRIME, e independentes. Cooperativas independentes são consideradas "solteiras" por não se filiarem a nenhum sistema, sobrevivem por esforços individuais (ARAUJO, 2011).



Fonte: (BACEN, 2018).

Ao analisar os dados da figura 1, observa-se que nas regiões em que se concentra o maior número de cooperativas estão as pioneiras do cooperativismo, regiões sul e sudeste. A primeira cooperativa no Brasil foi constituída na Região Sul e a primeira cooperativa de crédito foi estabelecida na Região Sudeste.

Os dois maiores sistemas é o Sicoob e Sicredi, eles possuem seus próprios bancos cooperativos, o Banco Sicredi e o Bancoob, criados para atender as necessidades das suas cooperativas de créditos (ARAUJO, 2011).

Na figura abaixo temos a quantidade de cooperativas por sistemas e o número de agências.

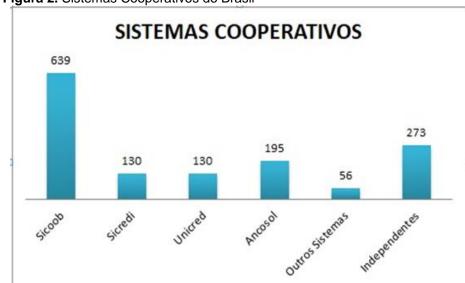


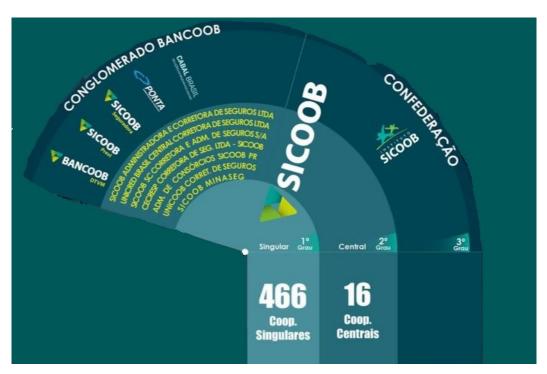
Figura 2. Sistemas Cooperativos do Brasil

Fonte: PINHEIRO, 2008, p. 15.

De acordo com os dados apresentados na figura 2, o sistema Sicoob é o que possui mais cooperativas distribuídas no Brasil, elas se organizam sob a forma de cooperativas singulares, federações e confederações.

O sistema cooperativismo financeiro das cooperativas são divididas em 1º, 2º e 3º grau, conforme pode ser observado na figura 3 sobre a estrutura do sistema Sicoob.

Figura 3. Estrutura do sistema Sicoob



Fonte: ALMADA, 2018.

Conforme apresentado na figura 3, o Sistema Sicoob (SICOOB, 2018e, s/p) é considerado uma cooperativa de terceiro grau, ou seja, uma confederação.

Sicoob confederação tem personalidade jurídica própria, foi constituída pelas cooperativas centrais com a finalidade de defender seus interesses, promovendo a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica. Define ainda, políticas e estratégicas de comunicação e marketing, principalmente à marca Sicoob.

A confederação busca representar suas cooperativas centrais perante o poder público, órgãos do governo e demais entidades. Já as cooperativas centrais, são constituídas de no mínimo, três cooperativas singulares, elas compõem o segundo grau, de acordo com a estrutura do sistema. As mesmas são formadas através das cooperativas singulares, com o intuito de aumentar a capacidade de atendimento, dando suporte para as singulares.

O sicoob possui 15 cooperativas centrais as quais atuam proativamente na prevenção e correção de situações que acarretem risco para a solidez das cooperativas filiadas e do Sistema. Elas prestam diversos serviços, entre os quais: centralização dos recursos captados pelas suas cooperativas; padronização e supervisão de sistemas operacionais e de controle de depósitos e empréstimos; supervisão auxiliar; educação e capacitação; adoção de medidas corretivas; assessoria jurídica, assessoria de comunicação; compras em comum; intercâmbios para qualidade e treinamento profissional (SICOOB, 2018a, p. s/p).

As cooperativas centrais servem de alicerce, buscam solucionar problemas, reduzindo os riscos. Elas fornecem conhecimento para as cooperativas singulares e total assistência para sanar qualquer dúvida.

De acordo com a figura 3 as cooperativas singulares ocupam o primeiro grau. E quem as constitui são os cooperados, que se unem em busca de melhor atendimento para suprir suas necessidades financeiras, usufruindo dos produtos e serviços oferecidos. Sobre elas pode-se dizer que:

O sistema é composto por seis segmentos de cooperativas de credito: Empregados Privados; Profissionais Liberais; Rural; Pequenos Empresários, Microempresários ou Microempreendedores; Empréstimos e de Livre Admissão (SICOOB, 2018b, p. s/p).

E, por último, o Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob), como mesmo já citado acima, é um banco cooperativo do Sicoob, juridicamente é independente das demais instituições, é controlado pelas cooperativas centrais de credito, e fornece produtos e serviços financeiros as cooperativas singulares, como por exemplo: poupança, consignado, adquirência, cartões de credito e dentre outros.

O Bancoob atua com agente facilitador na redução dos custos das cooperativas, desenvolvendo e disponibilizando produtos e serviços tipicamente bancários para elas. Desta forma, as cooperativas de crédito assemelham-se às demais instituições do mercado bancário. [...] ampliando e criando novas possibilidades de negócios e gestão centralizada dos recursos financeiros do Sistema (SICOOB, 2018d, p. s/p).

Ainda de acordo com a figura 3, primeiramente se concentra as confederações (Sicoob), logo abaixo as cooperativas centrais (Matriz), e por último são as cooperativas singulares, que possuem o maior número de cooperados, elas são filiadas as cooperativas centrais. E ao lado do Sicoob confederação têm-se o banco cooperativo, que são controlados pelas cooperativas centrais.

1.2.1 Segmentos das cooperativas singulares

A tabela 1 refere se a distribuição das cooperativas singulares por segmento nos anos de 2016, 2017 e 2018. Pode-se dizer que as cooperativas e seus segmentos tiveram como objetivo atingir as necessidades de toda a sociedade.

Tabela 1. Distribuição das cooperativas singulares por segmento

Classe de cooperativas	Dez/16	Dez/17	Jan/18
Confederação	2	2	2
Central	35	35	35
Singular – Segmentação por categoria e critério de			
associação			
Capital e Empréstimo	194	192	191
Atividade Profissional	5	8	8
Empregados ou Servidores	185	180	179
Produtor Rural	4	4	4
Clássica	809	756	752
Atividade Profissional	86	75	75
Critérios de associação mistos – Empresários	26	25	25
Critérios de associação mistos – Outros	43	49	48
Empregados ou Servidores	166	153	151
Empresários	30	25	25
Livre Admissão	306	322	324
Natureza associativa ou cadeia de negócios	4	3	3
Produtor rural	148	104	103
Plena	38	38	38
Critérios de associação mistos – Empresários	3	1	1
Critérios de associação mistos – outros	1	1	1
Empregados ou servidores	1	1	1
Livre admissão	32	33	33
Natureza associativa ou cadeia de negócios		1	1
Produtor rural	1	1	1
Subtotal (singulares)	1041	986	961
Total	1078	1023	1018

Fonte: BACEN, 2018b.

Em 05 de agosto 2015 foi publicada a resolução Nº 4.434 pelo Banco Central, que dispõe sobre a constituição, autorização para funcionamento, as alterações de estatutos e cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e outras providências (BACEN, 2015, p. 1).

Com isso, as cooperativas passam a ter uma nova classificação, segundo Pagnussatt (2015, p. 4), elas se enquadram por categorias e em diferentes modalidades, conforme descrito abaixo:

- Capital de empréstimo: Não podem captar depósitos e recursos, podendo apenas obter capital dos seus associados, por meio da integralizações. Com 10 mil de capital e 100 mil de patrimônio líquido;
- Clássica: Não podem realizar operações com ouro, ações ou moeda estrangeira, ou seja, com o mercado futuro. Filiadas à central, terá que atingir 10 mil de capital e 300 mil de patrimônio líquido.
- Plena: São permitidas realizar todas as operações financeiras. Filiadas à central, 2,5 milhões de capital e 25 milhões de patrimônio líquido.

E as principais modalidades são:

- Empregados ou servidores: Profissionais privados ou servidores públicos, de uma mesma empresa;
- Profissionais liberais: Constituída por profissionais formados, que se dedicam por várias atividades. Ex: (Cooperativas de credito advogados, engenheiros, de contadores, etc.);
- Crédito rural: Associados que desenvolvem atividades agrícolas, considerados como produtor rural. Buscam financiamentos para investir na sua atividade rural:
- Empresários: Formado por empresários que se enquadram em todas as empresas vinculadas direta ou indiretamente ao sindicato.
- Livre admissão: Atendem todas as pessoas físicas dentro da área de atuação.

Após apresentar como as cooperativas são organizadas, na próxima subseção analisaremos as relações das cooperativas de crédito com os bancos.

1.3 RELAÇÕES DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO COM OS BANCOS

As cooperativas são instituições que ganharam espaço no mercado financeiro, principalmente por se diferenciar, em vários aspectos, do mercado bancário. Oferecem uma gama de produtos, crédito fácil e taxas de juros mais competitivas, possuem uma carteira de empréstimos e financiamentos estáveis, por conhecerem seus associados, possuem um atendimento diferenciado, fazendo-os se sentirem respeitados e assegurados. Essas são umas das vantagens das cooperativas em relação aos bancos, o tratamento com o seus cooperados, nos bancos os clientes demonstram insatisfação, pois para os bancos você é apenas um cliente que propicia lucratividade.

Meinen (2016), destaca algumas vantagens das cooperativas de crédito em relação aos bancos. Nos bancos o seu público é chamado de clientes, e nas cooperativas, são chamados de associados (cooperados). As cooperativas dispõem de um relacionamento diferenciado com os seus associados, passando a conhecê-los melhor, até porque também são donos da cooperativa. Elas ainda oferecem apoio e assistência para suprir todas as necessidades dos associados, ao

contrário dos bancos onde os clientes são totalmente excêntricos, com isso as instituições se reprimem para oferecer crédito.

Por esse motivo, as cooperativas conseguem aumentar seus ativos financeiros e ganham mais espaço no mercado financeiro. Outro ponto a ser destacado, é que os bancos são diferenciados, visando apenas lucro, já nas cooperativas se trabalha com cooperação, pois não se objetiva o lucro em si, mas sim o bem de todos, essas conquistas são chamadas de "sobras".

As sobras correspondem a participação do excedente obtido na cooperativa, elas são divididas pelo seus cooperados, de acordo com o seu saldo médio, ou seja, sua movimentação ao longo do ano, trazendo fidelidade por parte de seus cooperados. Meinen (2016, p.24) ressalta ainda que as cooperativas eliminam a ideia de oferta e demanda, dado que seus consumidores e proprietários trabalham mutuamente em busca de um único propósito.

Quadro 1. Principais diferenças entre cooperativas de crédito e bancos

COOPERATIVAS	BANCOS
São sociedades de pessoas	São sociedades de capital
O voto tem peso igual para todos (uma pessoa,	O poder é exercido na proporção do número de
um voto)	ações
As decisões são partilhadas entre muitos	As deliberações são concentradas
O administrador é do meio (cooperativado)	O administrador é um terceiro (homem do mercado)
O usuário é o próprio dono	O usuário das operações é mero cliente
Toda a política operacional é decidida pelos próprios usuários/donos	O usuário não exerce qualquer influência na definição do preço dos produtos
Não podem distinguir: o que vale para um, vale para todos (art. 37 da Lei nº 5.764/71)	Podem tratar distintamente cada usuário
Não discriminam, voltando-se mais para os	Preferem o grande poupador e as maiores
menos abastados	corporações
Não restringem, tendo forte atuação nas comunidades mais remotas	Priorizam os grandes centros
O preço das operações e dos serviços visa a	A remuneração das operações e dos serviços
cobertura de custos (taxa de administração) O excedente (sobras) é distribuído entre todos	não têm parâmetro/limite
,	O resultado é de poucos donos (nada é dividido com os clientes)
(usuários), na proporção das operações	com os chentes)
individuais, reduzindo ainda mais o preço final pago pelo cooperativados	
São regulados pela Lei Cooperativista	No plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas
O relacionamento é personalizado/individual,	Atendem em massa, priorizando, ademais o
com o apoio da informática	autosserviço a automação
Estão comprometidas com as comunidades e os	Não têm vínculo com a comunidade e o público-
usuários	alvo
Desenvolvem-se pela cooperação	Avançam pela competição
O lucro está fora do seu objeto (art. 3º da Lei nº 5.764/71)	Visam o lucro por excelência

Fonte: Domingues apud Escher (2013, p. 34-35).

Conforme podemos observar no quadro 1, as cooperativas possuem inúmeras diferenças em relação aos bancos, o que as torna mais competitivas. Atualmente as cooperativas contam com 1.078 agências distribuídas em todo país, correspondendo a 18% das instituições financeiras. De acordo com dados do Banco Central do Brasil, referente ao ano 2016, as cooperativas chegaram a 36,7 bilhões de patrimônio líquido, 221,8 bilhões de ativos, 103,5 bilhões de depósitos e 83,7 bilhões de operações de crédito, conforme apresentado na tabela 2 abaixo, correspondendo 6,6 pontos percentuais de patrimônio líquido em relação o segmento bancário, 3,1% de ativos totais, 5% nos depósitos e 3,1% nas operações de crédito do sistema financeiro. Os dados eleva as cooperativas de crédito para a 6ª posição no ranking da instituições de crédito do Brasil.

Tabela 2. Participação das cooperativas de crédito no Patrimônio Líquido, Ativos, Depósitos e Operações de Crédito em relação ao segmento financeiro bancário no período de 2016

Descrição	Ano 2016	Cooperativas	Bancos
Patrimônio Líquido	R\$ Bilhões	36,7	519
	%	14,9	7,9
Ativo	R\$ Bilhões	221,8	6.935
	%	21,5	1
Depósitos	R\$ Bilhões	103,5	1.957
	%	24,8	1,5
Operações de crédito	R\$ Bilhões	83,7	2.633
	%	9,7	-1,19

Fonte: BACEN, 2016a.

Os dados apresentados na tabela 2 revelam o crescimento das cooperativas em relação ao mercado bancário. Os ativos totais das cooperativas aponta uma variação percentual de 21,5% e com patrimônio líquido de 14,9%, gerando créditos para seus cooperados de 9,7%, sendo 24,8% de depósitos, dados significativos. A variação percentual apresentada pelos bancos, foi baixa em relação as cooperativas, já os bancos tiveram uma estagnação no ano de 2016, dando espaço para as cooperativas crescerem e atingirem a sexta colocação.

Conclui se que as cooperativas cada vez mais se destacam no sistema financeiro nacional, e futuramente terão maior participação, pois as pessoas passaram a confiar e investir mais neste segmento.

1.3.1 Diferença das taxas de crédito entre os Bancos e as cooperativas

De acordo com dados do Banco Central (BACEN, 2018c), podemos observar que há diferenças significativas das taxas de jutos mensais praticados pelos bancos e cooperativas de crédito, conforme a figura 4.

de crédito no ano de 2018 ■ BA NCOS ■ COOPERATIVAS 3,64% Desconto de cheques PJ 8,76% Credito pessoal PF Conta garantida PJ Consignado INSS 8,80% Cheque especial PF 4,43% 12,80% Cartão de Credito 8.48% Capital de Giro PJ Antecipação de recebiveís

Figura 4. Taxas de juros mensais em média praticadas pelos Bancos em geral e pelas cooperativas de crédito no ano de 2018

Fonte: (BACEN, 2018)

Segundo o Banco Central (BACEN, 2018c), como demonstrado os dados, as taxas mensais oferecidas pelos bancos são exorbitantes em algumas modalidades em relação as cooperativas. Foram retiradas as taxas de todo o setor bancário, diante disso, fizemos uma média para apresentar as taxas praticadas. O rotativo do cartão de crédito tem uma das maiores taxas de juros em todo sistema financeiro nacional, as cooperativas representam 33% dos juros praticados frente ao mercado bancário. O crédito pessoal para pessoa física apresenta um percentual de taxa de juros das cooperativas de 27% em relação aos bancos. Enfim, com os dados destacados observa-se que as cooperativas tem uma competitividade diferenciada com o setor bancário no quesito taxas de juros.

No próximo capítulo será apresentado tudo sobre as cooperativas de crédito rural, como elas se funcionam, quais os tipos de crédito rural predominante e o repasse dos recursos.

2 CRÉDITO RURAL

A atividade rural é de suma importância para a economia brasileira, o país é um dos principais produtores agrícola. A agricultura teve um crescimento de 14,5% no terceiro trimestre do ano de 2017, representando R\$ 70,29 bilhões do valor do PIB. O Ministério da Agricultura (BRASIL, 2017a), sendo uns dos setores que mais cresce no país, a agricultura tem participação no PIB de 23,5%, e mesmo no período de recessão (2014-2016), se recuperou e cresceu, representa ainda 48% das exportações totais, conforme apresentado pelo Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA, 2016).

Com o intuito de facilitar a vida dos agricultores, proporcionando eficácia, rapidez na produtividade e aumento da renda, isso tudo com tecnologia elevada, surgiu em 1965 o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), cujo objetivo era fornecer créditos voltados para o produtor rural, com taxas de juros baixas e atrativas, para suprir as necessidades do setor agrícola, financiando a produção e maquinário, facilitando a plantação em todas as etapas até o cultivo, e cobrir os custos com comercialização de produtos agropecuários (LOPES; LOWERY; PEROBA, 2016).

Foram estabelecidos três propósitos principais para o crédito rural:

- (I) Acesso ao crédito com taxas de juros abaixo das taxas de mercado;
- (II) Exigência legal de que os bancos dediquem uma parte de seus depósitos à vista a linhas de crédito rural;
- (III) Incentivo a pequenos produtores e agricultores familiares por meio de linhas de crédito direcionadas, como o Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (SANTANA *apud* LOPES, LOWERY e PEROBA, 2016, p. 161).

Estipulados e fixados os propósitos para que as instituições financeiras repassem crédito rural principalmente para pequenos e médios produtores, os mesmos permitiram alavancar a sua produção.

Em 5 de novembro de 1965, foi aprovada junto ao SNCR a lei 4.826/65, artigo 2º para crédito rural, definindo da seguinte forma:

Art. 2º. Considera-se Crédito Rural o suprimento de recursos financeiros por entidades públicas e estabelecimentos de crédito particulares a produtores rurais ou suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados na legislação em vigor (REIS, 2017, s/p).

Segundo Reis (2017), a criação do crédito rural teve como objetivo modernizar a agricultura, transformando não apenas o setor agrícola mas também a economia. Com o crédito foi possível alavancar a produtividade, as taxas de juros baixas e a longo prazo permitiram aumentar a exportação proporcionando maior eficácia. O crédito rural teve como base três financiamentos: custeio, investimento e a comercialização. O resultado foi o crescimento da indústria e agricultura, os bens de capital, como máquinas, tratores, equipamentos, colhedeiras, todos os instrumentos necessários e bens para a produção, como insumos, fertilizantes, defensivos, dentre outros.

Reis (2017) ainda relata que os agentes financeiros que ofertam o programa, são: o Banco do Brasil, bancos estaduais, bancos regionais de desenvolvimento, bancos privados, caixas econômicas e cooperativas autorizadas em investimento e financiamento. Na década de 60 e 70, as taxas de juros chegaram a 15% a.a., sem correção monetária, e os maiores beneficiados do programa foram os grandes e médios produtores rurais, pois tinham mais capacidade de honrar os pagamentos, mas o objetivo principal era o de subsidiar os pequenos e mini produtores.

Nos anos de 1980 houve uma crise econômica que levou o governo a retirar os subsídios das taxas de crédito rural, ocasião em que os juros passaram a 3% a.a., mais correção pela ORTN (REIS, 2017).

Diante desse cenário houve a necessidade de criar novos financiamentos, uma vez que tivemos uma redução dos recursos que o governo repassava. De acordo com Reis (2017, s/p) em:

Face à redução dos recursos provenientes do SNCR, o mercado agroindustrial lançou-se em busca de novas fontes de financiamento. Atento a essas necessidades, em 1994, o Banco do Brasil realizou estudos que resultaram na criação da Cédula de Produto Rural – CPR.

A criação da CPR, trouxe resultados positivos e pode-se dizer que foi um sucesso, e após 10 anos criaram através da lei 11.076/04 os títulos do agronegócio, dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, o Warrant Agropecuário - WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA.

Com a CPR e os títulos, os produtores rurais passaram a obter ótimos financiamentos, conseguindo os recursos para suprir as necessidades da sua agricultura.

2.1 COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL

Umas das instituições autorizadas a repassar o recurso são as cooperativas, que atualmente contam com 108 cooperativas no segmento rural, no entanto, elas tiveram uma redução de 11,33% em cooperativas singulares (BACEN, 2018d). Essa redução é referente as cooperativas que ampliaram seu quadro de cooperados, com outras linhas de crédito, diversificando seus produtos e consequentemente o atendimento.

O diretor do SICOOB, Aberlardo Duarte (COOP, 2013, s/p), explica a vantagem de ter diminuído a quantidade de cooperativas no segmento rural, "quando era só crédito rural, a atuação era setorial e restrita ao calendário do setor. Com a ampliação, há um melhor gerenciamento dos recursos, que ficavam ociosos durante períodos de entressafra".

As cooperativas tem o papel de atender todas as classes de produtores rurais, principalmente os pequenos produtores, oferecendo a eles melhores condições. O Ministério da Agricultura (BRASIL, 2016a, s/p), destaca os objetivos das cooperativas de crédito rural:

Desenvolver um projeto coletivo de trabalho; Defender os interesses dos associados; Produzir e comercializar de forma cooperada; Reunir esforços para reivindicar melhorias em sua atividade e comunidade; Melhorar a qualidade de vida e participar do desenvolvimento de sua região.

O crédito rural permite que os produtores se desenvolvam economicamente, socialmente e culturalmente. De acordo com Antão e Campanholo (2011, p.10):

[..] economicamente, de aprimorarem suas técnicas de produção, melhorar o plantio, gerando uma produção mais eficaz e mais rentável. [...]social e cultural que tem como base o aumento da rentabilidade, da qualidade de vida e do bem estar das famílias rurais.

Além disso, o crédito proporciona desenvolvimento do país, movimentação de alimentos, com isso demanda renda, aumenta tributos para Estado, gerando investimento e empregos.

A figura 5 apresenta a participação das cooperativas de crédito rural no mercado financeiro brasileiro no período de 2015 a 2017, em relação aos demais agentes financeiros de crédito.



Figura 5. Participação de mercado das cooperativas de crédito rural nos anos de 2015 a 2017

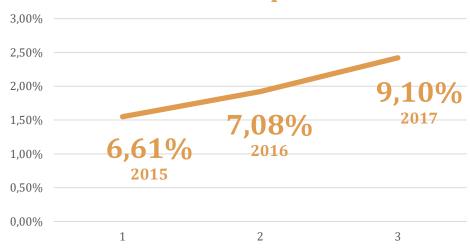
Fonte: ALMADA, 2018.

Almada (2018), analisando dados no ano de 2017, retrata que as cooperativas possuem uma fatia de 9,10% do crédito rural no sistema financeiro, e o restante pertence aos outros bancos comerciais. De acordo com as informações da figura a área de amarela é representada pelo Banco Bradesco, responsável pela maior parcela de crédito rural no sistema bancário.

Na figura 6 podemos observar melhor a evolução das cooperativas em percentual no crédito rural do ano de 2015 a 2017.

Figura 6. Histórico das cooperativas de crédito rural na participação do sistema financeiro no período de 2015 a 2017

Histórico Cooperativas



Fonte: ALMADA, 2018.

A respeito dos dados apresentados na figura 6, podemos destacar a evolução da participação das cooperativas de crédito rural no sistema financeiro no período analisado, respectivamente temos no ano de 2015 para 2016 houve aumento de 7,11% e no ano de 2016 para 2017 teve crescimento de 28,53%.

2.1.1 Financiamento agrícola nas cooperativas

As cooperativas, em especial o Sicoob, oferecem várias linhas de financiamento no segmento rural. Os cooperados que podem se beneficiar desse programa são os produtores rurais de pessoa física ou jurídica, e/ou aqueles que não são produtores rurais, mas que trabalham nas seguintes atividades:

- a) pesquisa ou produção de mudas ou sementes fiscalizadas ou certificadas;
- b) pesquisa ou produção de sêmen para inseminação artificial e embriões;
- c) prestação de serviços mecanizados de natureza agropecuária, em imóveis rurais, inclusive para proteção do solo;
- d) prestação de serviços de inseminação artificial, em imóveis rurais;
- e) medição de lavouras;
- f) atividades florestais (BACEN, 2018a, s/p).

Os produtores rurais buscam cada vez mais investir na cultura para ter um bom rendimento financeiro. Mas esse retorno se torna longo, e por isso a maioria necessitam do crédito, almejam recursos com facilidade e rapidez para continuar o

ciclo produtivo, comprando insumos, cobrindo todas as despesas com a agricultura e a colheita e até mesmo aperfeiçoando e expandindo seus negócios.

O custeio, investimento e a comercialização são as principais linhas de crédito repassadas para os cooperados, de acordo com a safra de cada cultura, período conhecido como ano agrícola, que vai de julho a junho de um ano para o outro subsequente.

O investimento conforme apresentado no site do SICOOB, vem com o intuito de ampliar, diversificar e modernizar a produção, ou seja, investir em bens ou serviços nos ciclos da produção, aumentando a competitividade do produtor rural.

O produtor rural poderá financiar máquinas agrícolas, tratores, colheitadeiras, animais para cria e recria, implantação de sistemas de armazenagem e de irrigação, projetos de melhoria genética, adequação e correção de solo, recuperação de pastagens, ações de preservação ambiental, entre outras finalidades (SICOOB, 2018c, s/p).

Segundo o Bacen (2018a), o investimento tem um limite de crédito com recursos subsidiados pelo governo de R\$ 385.000,00, limitado por beneficiário e por ano agrícola, independente dos outros créditos concedidos nas outras linhas.

O custeio é voltado para cobrir as despesas do produtor com o ciclo da produção, financiar os custos das atividades agrícolas, propor a manutenção, pode se obter custeio agrícola e pecuário.

O custeio agrícola destina-se à aquisição de insumos, realização de tratos culturais e colheita, beneficiamento ou industrialização do produto financiado e produção de mudas e sementes certificadas e fiscalizadas. No custeio pecuário, nas despesas do dia a dia, estão incluídas a compra de medicamentos e vacinas, a limpeza e a reforma de pastagens e a silagem. As atividades aquícolas e pesqueiras (industrial ou artesanal) também são beneficiadas (SICOOB, 2018c, s/p).

O Bacen (2016c, s/p) ressalta, que o limite de crédito no custeio R\$ 1.200.000,00, por beneficiário e em cada safra. "[...] na apuração desse limite, os créditos de custeio tomados com recursos controlados, exceto aqueles tomados no âmbito dos fundos constitucionais de financiamento regional".

Os créditos de comercialização garante mecanismos para o abastecimento e armazenamento em períodos de queda do preço da produção. É comercializar os produtos, cobrindo as despesas, ou seja, "cobrir despesas próprias da fase posterior à coleta da produção ou para converter em espécie os títulos oriundos de sua venda ou entrega pelos produtos".

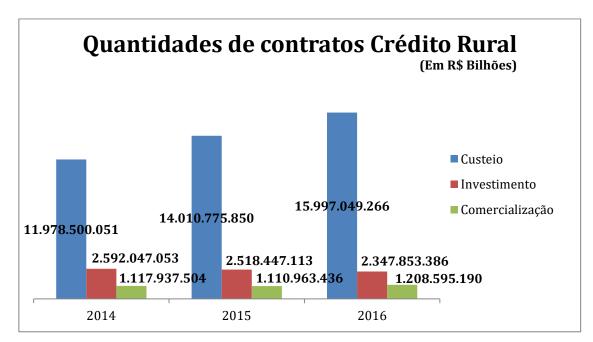
Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2017b), publicado no plano agrícola 2017/2018, as taxas de juros variam de acordo com a finalidade, o custeio apresenta taxa de juros de 7,5% ao ano para médio produtores e 8,5% a.a. para grandes produtores com prazo para o reembolso de 14 meses, a taxa para os produtores que se beneficiarem da comercialização é de 8,5% no geral. A taxa de juros para a linha de investimento é de 7,5% a.a. com prazo de até 24 meses.

Todos os anos o governo federal anuncia o Plano Agrícola e Pecuário (PAP), conhecido também como Plano Safra, anunciando os prazos, as taxas e os recursos que serão disponibilizados no período. O objetivo é apresentar como é voltado as políticas públicas para o setor agropecuário. Conforme apresentado no plano safra 2017/2018 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2017b), a política agrícola possui importância para o crescimento da agricultura, onde as linhas de crédito favorecem a expansão do setor. De acordo com Brasil (2017a, s/p) "[..] no equivalente a 75% do PIB no primeiro trimestre de 2017, quando o PIB agropecuário cresceu 13,4%, respondem por 46% das exportações totais e por 23,6% da produção do agronegócio, gerando um superávit de R\$ 71,0 bilhões".

Pode-se dizer que o agronegócio é de suma importância para a economia brasileira, além de abastecer o setor interno e externo, contribui também para a geração de empregos, aumento da renda e da produção.

O gráfico 7 foi elaborado com intuito de apresentar dados referente aos valores das linhas de custeio, investimento e comercialização ofertados pelas cooperativas de crédito rural para seus cooperados. Os dados foram retirados do Bacen (2018b), relacionado aos anos de 2014, 2015 e 2016.

Figura 7. Valores dos contratos de crédito rural que as cooperativas repassaram para produtor rural no período de 2014 a 2016



Fonte: BACEN, 2018b, Elaboração do autor.

Na figura 7 apresenta os valores de crédito rural nos anos 2014, 2015 e 2016, as cooperativas no ano de 2014 ofertaram 11 bilhões em custeio, 2 bilhões em investimento e 1 bilhão em comercialização, no ano de 2015, foram repassados 14 bilhões na linha de custeio, 2 bilhão na linha de investimento e 1 bilhão em comercialização, diferente do ano de 2016 que passaram a ofertar 15 bilhões em custeio, 2 bilhões em investimento e 1 bilhão e duzentos milhões em comercialização. Equiparando os valores de uma no para outro, verifica-se que de 2014 para 2015 teve percentual no custeio de 16,97% e no ano subsequente de 14,18. Na linha de investimento o percentual de 2014 para 2015 teve uma redução de -2,84% e de 2015 para 2016, -6,77%. Na linha de comercialização também ocorreu redução 2014 a 2015 de -0,62%, e de 2015 e 2016 houve uma evolução de 8,79%.

Analisando os dados comparados de 2014 e 2016, percebe-se que houve uma evolução significativa na linha de custeio com 25,13%. O total de valores de crédito rural no período (2014, 2015 e 2016) foram de 41 bilhões para custear a agricultura dos seus cooperados, 7 bilhões para investir e 3 bilhões para comercializar a produção.

Segundo o site Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2016a) com matéria publicada em 05/12/2016, o governo federal tem repassado recursos para o crédito rural anualmente, e a maior parte desse recurso é

repassado para a modalidade de custeio, com intuito de cobrir as necessidades do produtor nas atividades do campo. O aumento não ocorreu apenas nessa linha, nas linhas de investimento e comercialização o crescimento foi de 10,40% e 7,50%, respectivamente. Conforme dados retirados do Banco Central, referente aos anos de 2014, 2015 e 2016, foram feitos 835.412 mil contratos de custeio, 120.220 mil de investimento e 15.511 mil em comercialização, ao comparar os dados foi possível perceber valores altos em poucos contratos emitidos.

No sistema financeiro dos créditos repassados para os produtores rurais em todas as linhas, as cooperativas são responsáveis por certa de 52 bilhões de reais.

Para estudo dos créditos rurais, é de suma importância analisar a participação das cooperativas no PIB agropecuária no ramo agrícola. A tabela 3 aborda esses dados, foram extraídos do sítio eletrônico Banco Central (2014/2016) e os dados do PIB agropecuária do Centro de pesquisas econômicas da Escola Superior de Agricultura (CEPEA, 2018). Além disso será analisado a evolução do PIB nos anos de 2014, 2015 e 2016 e a evolução da taxa de participação em cada linha de crédito rural.

Tabela 3. Análise da taxa de crescimento das linhas de crédito rural em proporção do PIB Agropecuário, nos anos de 2014 a 2016 (Em R\$ milhões)

	2014	Taxa de Participação (%)	2015	Taxa de Participação (%)	2016	Taxa de Participação (%)
PIB Agropecuária 1	169.536	100	185.401	100	238.511	100
CUSTEIO	119.785	70,65	140.107	75,57	159.970	67,07
INVESTIMENTO	25.920	15,29	25.184	13,58	23.475	9,84
COMERCIALIZAÇÃO	11.179	6,59	11.109	5,99	12.085	5,07

Fonte: CEPEA (1), BACEN, 2018.

As cooperativas de crédito apresentaram um percentual significativo em relação ao PIB agropecuário do país. Para ser feita a interpretação, os dados foram convertidos em milhões, com intuito de facilitar a análise. Nos anos apresentados, o PIB apresentou evolução, de 2014 para 2015 o percentual foi de 9,36% e 2015 para 2016 o percentual foi de 28,65%, mas a taxa de participação dos créditos em alguns anos, não conseguiu acompanhar. As cooperativas de crédito rural teve participação com repasse da linha de custeio de 70,65% no ano de 2014, no ano de 2015 e 2016 a taxa de participação foram de 75,57% e 67,07%,

respectivamente. A taxa de participação do repasse na linha de investimento, foi de 15,29%, 13,58% e 9,84%, conforme os anos estudados, e no repasse de comercialização 6,59%, 5,99% e 5,07%, percebe-se que houve uma redução considerável nos últimos anos, momento de recessão econômica do país.

2.2 FONTES DOS RECURSOS DAS COOPERATIVAS

Conforme informado pelo Manual de Crédito Rural (BACEN, 2018a), as cooperativas de créditos rural como agentes financeiros, recebem recursos obrigatórios ou livres, e estes são repassados para os respectivos produtores rurais.

Exigibilidade dos Recursos Obrigatórios é o dever que tem a instituição financeira de manter aplicado em operações de crédito rural valor correspondente a 34% (trinta e quatro por cento) do valor apurado na forma do item 2, considerando para cumprimento dessa exigência: (Res 4.358)

- a) os saldos médios diários das operações relativos aos dias úteis;
- b) as condições estabelecidas neste manual, particularmente no que diz respeito à observância:
- I dos limites de financiamento;
- II do direcionamento dos recursos;
- III das modalidades de crédito com previsão expressa para utilização da fonte de recursos de que trata esta Seção (MCR, 2018, p. 78).

As instituições financeiras são obrigadas a repassar os recursos obrigatórios (RO) e também aplicar em operações de crédito rural. Elas retém 34% dos seus depósitos à vista captados para destinar ao crédito rural, mesmo aquelas que não trabalham com o financiamento. As cooperativas recebem dos bancos esse recurso, facilitando o cumprimento da exigência, onde passam para o seu agente financiador, ou melhor, seu cooperado.

Segundo Alfonsin (2017), os repasses feitos dos bancos para as cooperativas, não eram registrados em centrais de serviços, apenas em cartório, o que dificultava o monitoramento do Banco Central. De acordo com Furlani *apud* Alfonsin (2017) é função do BC fiscalizar se as cooperativas transferem de fato os recursos para o tomador final, no entanto, é uma tarefa complexa, uma vez que temos mais de 300 cooperativas no Brasil.

Diante disso, o autor destaca que com a Resolução nº 4.552 aprovada pelo Conselho Monetário Nacional, os bancos para cumprir a exigência passam a fazer os repasses dos recursos apenas para sistemas cooperativos, como bancos cooperativas, ou seja, o repasse é feito para o Bancoob e o mesmo transfere para as

cooperativas, que por fim fornece para o seus cooperados agrícolas. Essa medida, facilitou o controle do Bacen, pois o repasse passa a ser por outro produto conhecido como DIR (Deposito Interfinanceiro Vinculado a Crédito Rural), que de acordo com Furlani *apud* Alfonsin (2017), passa por uma central de registros financeiros, como Cetip e a BMF&Bovespa.

O RO são os recursos controlados, pois as taxas praticadas nos financiamentos oriundas desse recurso são estabelecidas pelo governo federal.Com taxas diferenciadas e prazos menores, voltado para pequeno e médio produtor rural, esse recurso tem o intuito de ser repassado para aqueles que possuem capacidade de honrar com seus pagamentos.

Além da exigibilidade nos depósitos à vista, o Manual de Crédito Rural (BACEN, 2018a) informa que as instituições financeiras que captam recursos na poupança rural são obrigadas a aplicar 60% em operações de crédito rural com taxas controladas.

Estão sujeitos ao cumprimento da exigibilidade da poupança rural: (Res 4.348)

- a) o Banco da Amazônia S.A.;
- b) o Banco do Brasil S.A.;
- c) o Banco do Nordeste do Brasil S.A.;
- d) os bancos cooperativos;
- e) instituições integrantes do SBPE, quando operarem em crédito rural. (BACEN, 2018a, p. 82)

São obrigadas também aquelas que emitem a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), destinando 35% desse montante captado para o crédito rural.

Ainda de acordo com o MCR (BACEN, 2018a), possui operações de crédito rural realizadas com recursos livres das próprias instituições financeiras. Recursos conhecidos como não controlados, uma vez que as taxas praticadas são livres para serem ofertadas de acordo com o mercado, sem interferência do governo. Os recursos livres passam a ser mais ofertados pelas instituições, pois conseguem um *spread* maior que os recursos controlados.

Conforme à apresentação dos tipos de recursos disponíveis que as cooperativas repassam para seus cooperados, na tabela 4 abaixo temos as taxas praticadas de acordo com cada recurso e para cada produtor rural, dividindo os grandes, os médios e pequenos. Os dados foram analisados na safra 2017/2018, no material "O SICOOB e o financiamento para o agronegócio", publicado por Marco Aurélio Almada (ALMADA, 2018).

Tabela 4. Taxas de Crédito Rural do Sicoob no Plano Safra Jul/2017 – Jun/2018

Taxas de	Julho/17		Novembro/17		Março/18	
Crédito Rural	Grande Produtor	PRONAMP	Grande Produtor	PRONAMP	Grande Produtor	PRONAMP
Recursos Controlados	8,50%	7,50%	8,00%	7,00%	6,50%	5,50%
LCA	9,5	0%	9,0	0%	7,5	0%
SELIC	10,2	25%	7,5	0%	6,7	5%

Fonte: ALMADA, 2018.

A tabela 4 apresenta as taxas de crédito rural praticadas no sistema Sicoob no ano safra 2017/2018 baseada na taxa básica de juros SELIC. Conforme exposto, as taxas de RO (recursos controlados) são menores, diferenciando apenas de grandes para médios produtores rurais. Em Julho/2017, com a Selic 10,25% a taxa de recurso controlado foi de 7,50% para Pronamp, passando para 5,50% em Março/2018, com a taxa de juros 6,75%. A taxa de RO teve uma redução de 36,36% enquanto a Selic teve uma redução de 34,15. Nos recursos de LCA a taxa praticada em Julho/2017 para março/2018 teve uma redução de 21,05%. Percebe-se a diferença da queda na taxa básica de juros em relação à queda das taxas em recursos livres para os controlados.

Segundo a reportagem de Lívia Torres, publicada em 26/07/2017 no sítio eletrônico do G1, a Selic é referência para o custo do crédito dos bancos, é usada como instrumento para combater a inflação. "Mas, em geral, o juro cobrado do consumidor é maior do que a Selic. Também entra na conta do juro final o custo da operação dos bancos (agências, funcionários, impostos, etc.), o risco de inadimplência e o seu lucro" (TORRES, 2017, s/p).

Recentemente o governo com o intuito de oferecer taxas mais baixas que do mercado, por meio do plano safra aumentou os recursos, conforme reportagem de Wellton Máximo, publicada em 05/06/2014 no sítio eletrônico Agência Brasil.

Para oferecer taxas mais baixas que as de mercado, o Plano Safra 2014/2015 oferece R\$ 8,15 bilhões às cooperativas rurais de crédito. Do total, R\$ 7,25 bilhões destinam-se à equalização das linhas de custeio e de comercialização da safra, e R\$ 900 milhões são para a equalização dos investimentos. A quantia permaneceu inalterada em relação ao ano passado, mas o limite individual para as linhas de custeio subiu de R\$ 1 milhão na safra passada para R\$ 1,1 milhão (MÁXIMO, 2014, s/p).

Os dados demonstram que nas cooperativas não há diferenças exorbitantes das taxas controladas para as não controladas. O objetivo disso é gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, aos seus associados.

3 A EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS

As pesquisas e leituras realizadas ao longo deste trabalho permitiu analisar que as cooperativas vêm crescendo e cada vez mais tendo espaço no sistema financeiro. Umas das causas disso é o seu diferencial, taxas de juros atrativas e isenção de tarifas praticadas pelos bancos e principalmente a qualidade no atendimento. Pode-se dizer que essas medidas as fortaleceram, superando expectativas e consequentemente alavancando seus negócios, o que permitiu fazer com que seus cooperados crescessem juntos, investindo na sua atividade.

A figura 8 abaixo, apresenta a quantidade de cooperativas distribuídas pelo Brasil, analisando as oscilações do ano de 2000 até o ano de 2017, e compreendendo a queda a partir do ano de 2008.

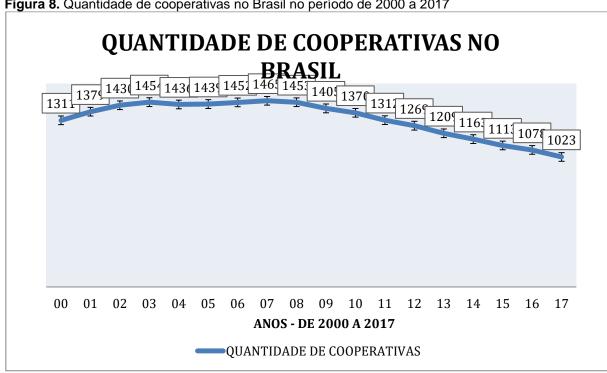


Figura 8. Quantidade de cooperativas no Brasil no período de 2000 a 2017

Fonte: BACEN, 2017.

De acordo com a figura 8, podemos dizer que houve uma variação da quantidade de cooperativas, do ano de 2000 a 2008 o número foi evoluindo e a partir desse período temos um declínio, em média uma variação de 3,70% por ano. Do ano de 2014 a 2016 como abordado, a diminuição foi de 7,31%.

Pode-se dizer que a queda que ocorreu no ano de 2008 no Brasil, que afetou todo o sistema financeiro foi em decorrência também da forte crise econômica mundial. Essa crise ficou conhecida como *subprime*, que significa crédito de risco, concedido a tomador que não oferece garantias suficientes e não honra com o pagamento. Segundo Lima e Deus (2013, p.52) "a crise do *subprime*, desencadeada em meados de 2007 nos Estados Unidos, tornou-se uma crise financeira internacional cujos problemas ainda se mostram presentes em nível mundial".

Lima e Deus (2013, p.52) ainda explica os outros problemas que desencadearam a crise, "[...] o impacto imediato sentido pelos países frente à crise correspondeu à redução de liquidez internacional e a consequente escassez das linhas de crédito". Com isso, houve déficit apresentado pelo Brasil, que ocasionou a desvalorização do real, afetando as exportações brasileiras. Meinen (2016, p.27), expôs que no intervalo dessa crise "subprime", "o avanço da carteira de crédito das cooperativas no Brasil foi da ordem de 73,16%, para um evolução de apenas 41,05% no sistema bancário tradicional".

O presidente do Sicoob, também argumentou sobre o excelente desempenho das cooperativas no período da crise de 2008.

[...] o que aconteceu com a crise de 2008, quando as instituições financeiras cooperativas tiveram crescimento expressivo. Todos os países, principalmente da Europa, onde a cultura do cooperativismo é forte, em momentos críticos, a intensidade é menor, como França, Alemanha, Noruega e Holanda. Isso demonstra que, quando as pessoas estão juntas, é possível atravessar um momento de adversidade de forma mais tranquila (SICOOB, s/d, s/p).

Isso não significa que as cooperativas estão totalmente protegidas das crises, uma vez que elas passaram por dificuldades, mas graças ao seu movimento tiveram mais facilidades para se controlar e sair, sendo menos atingidas, tendo menores danos.

Mediante esse cenário, as cooperativas permaneceram firmes e continuaram se expandindo, pois, de acordo com Kennedy *apud* Meinen (2016, p.27) "quando escrito em chinês a palavra crise compõe-se de dois caracteres: um representa perigo e o outro representa oportunidade".

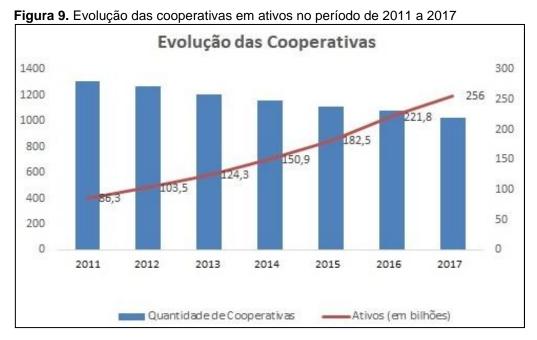
Para as cooperativas os intervalos de crises se transformaram em oportunidades de crescimento e ganho de mercado, na figura 8, o período que apresenta a maior variação percentual foi do ano de 2016 a 2017, com 5,10% de

diminuição. Período esse, que o país enfrentou mais uma crise econômica, e as cooperativas conseguiu aumentar seus ativos, patrimônio líquido, créditos e depósitos, por atenderem seus cooperados diferencialmente, assim mantendo suas carteiras ativas.

O presidente do Sicoob Henrique Castilhano Vilares publicou no portal do cooperativismo financeiro, que as cooperativas se tornaram alternativas nesses períodos delicados da economia, por apresentarem taxas melhores em relação aos bancos tradicionais, que reduziram seus prazos e aumentaram as taxas dos financiamentos, dificultando o crédito. Para ele, "[...] as cooperativas de crédito vêm ganhando relevância no atual contexto socioeconômico do país por demonstrarem o seu potencial na promoção da inclusão financeira e no desenvolvimento das economias locais" (SICOOB, s/d, s/p).

As cooperativas que antes só atuavam no segmento rural, passaram a ter livre admissão, podendo atender todos e em todos os segmentos. Com tudo, busca a junção dos segmentos para aderir maior eficiência dentro do mercado financeiro, a diminuição do número de cooperativas não significa inabilidade, pois deixaram de atender apenas produtor rural para atender todas as classes trabalhadoras, aumentando o leque de negócios.

Com objetivo de demonstrar que a quantidade de cooperativas não influência na estrutura e no desempenho, a figura 9 apresenta a evolução dos ativos frente a quantidade de cooperativas referente ao período de 2011 a 2017.



Fonte: BACEN, 2017.

Na figura 9 temos a evolução das cooperativas em relação aos ativos no período de 2011 a 2017. Nota-se que houve uma queda no número de cooperativas no Brasil, no entanto elas continuaram crescendo olhando pela quantidade de ativos. No período da crise econômica de 2014 a 2016 as cooperativas tiveram um aumento de 70,9 bilhões de reais em ativos, com taxa de crescimento de 46,98%, podendo assim comprovar o exposto feito por Meinen (2016), que as cooperativas nesses períodos se tornam mais agressivas e aumentam seus números, pois os créditos nos bancos se tornam escassos. Em matéria publicada por Goulart (2016), no sítio eletrônico Estadão, as cooperativas foram se proliferando e com os números apresentados passaram a ser consideradas o sexto maior banco do varejo, conforme estudo da consultoria alemã Roland Berger.

3.1 PARTICIPAÇÃO DO SICOOB NO SISTEMA BANCÁRIO

De acordo com o dados publicados por Almada (2018), retirados do Sicoob confederação em 2017, o gráfico abaixo tem o objetivo de apresentar a evolução dos ativos do sistema Sicoob desde o ano de 2012 até 2017.



Figura 10. Evolução dos ativos totais no sistema Sicoob do ano de 2012 a 2017

Fonte: ALMADA, 2018.

Os dados são analisados em milhões, compreende-se que no sistema Sicoob houve evolução dos ativos de 2012 a 2017 de 165,11%. De uma ano para outro, os percentuais foram de 21,95%, 20,96%, 19,32%, 26,36%, 19,20%, respectivamente. O período com maior taxa de crescimento foi de 2015 para 2016, e com menor taxa de crescimento foi de 2016 para 2017, e no de 2014 a 2016 obteve crescimento de 50,77%.

A tabela 5 mostra a posição do Sicoob nos ativos em relação ao mercado bancário. O *ranking* é apresentado em milhões, referente ao ano de 2017, é analisado a variação percentual das instituições em ativos do ano de 2016 e 2017.

Tabela 5. Posição do Sicoob Ativos em relação ao mercado bancário no ano de 2017

RANKING	INSTITUIÇÕES	2017	EVOLUÇÃO (2016 x 2017)
1º	ITAÚ	1.383.587	4%
2º	BANCO DO BRASIL	1.368.405	-5%
3º	CAIXA	1.261.479	0%
4º	BRADESCO	1.054.891	-2%
5º	SANTANDER	674.680	-4%
6º	BTG PACTUAL	153.392	16%
7º	SAFRA	149.545	1%
8º	VOTORANTIM	93.520	-9%
9º	SICOOB	90.372	19%
10º	SICREDI	77.309	17%

Fonte: ALMADA, 2018.

Conforme os dados destacados na tabela 5, o Sicoob está na 9ª posição de ativos totais em relação ao mercado bancário, e teve um crescimento de 19% do ano de 2016 e 2017, enquanto quatro bancos tiveram percentuais negativos ou até mesmo zerado.

O market share significa o grau de participação de um determinado segmento, na figura abaixo mostra em percentual essa participação tanto das cooperativas no sistema financeiro nacional, quanto do Sicoob no sistema financeiro cooperativo no ano de 2017.



Figura 11. Market Share do Sicoob em ativos totais em 2017

Fonte: ALMADA, 2018.

O sistema financeiro nacional possui R\$ 7,35 trilhões de ativos no ano de 2017, desse valor o Sicoob representa uma parcela de 4,3%. Porém, o sistema financeiro cooperativo é composto por R\$ 256 bilhões, o Sicoob representa 35% desse total. Outro agregado de suma importância para o sistema financeiro é o patrimônio líquido, que será analisado logo abaixo.



Figura 12. Evolução do patrimônio líquido no sistema Sicoob do ano de 2012 a 2017

Fonte: ALMADA, 2018.

O patrimônio líquido é uns dos agregados financeiros mais relevante, em um balanço patrimonial faz referência aos lucros acumulados, capital social, fluxo de caixa, entre outros. Conforme exposto no gráfico houve taxa de crescimento de 2012 e 2017 de 117,81%. De um ano para o outro a evolução em percentual foi de 16,76%, 21,17%, 17,46%, 15,01% e 13,96%, respectivamente. A maior taxa de crescimento ocorreu no ano de 2013 para 2014 e a menor de 2016 para 2017. No período de 2014 a 2016 houve crescimento de 35,09% em patrimônio líquido.

A tabela 6 mostra a posição do Sicoob em patrimônio líquido, em relação ao mercado bancário no ano de 2017. Além disso, apresenta a evolução de todas as instituições financeiras no período de 2016 e 2017.

Tabela 6. Posição do Sicoob Patrimônio Líquido em relação ao mercado bancário no ano de 2017

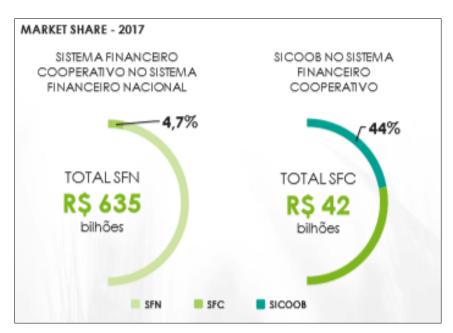
RANKING	INSTITUIÇÕES	2017	EVOLUÇÃO (2016 x 2017)
1º	ITAÚ	140.472	8%
2º	BRADESCO	111.373	10%
30	BANCO DO BRASIL	88.373	15%
4º	SANTANDER	61.683	3%
5º	CAIXA	34.408	27%
6º	SICOOB	18.736	14%
7º	BTG PACTUAL	18.469	4%
80	SICREDI	12.756	18%
9º	SAFRA	9.769	3%
10⁰	VOTORANTIM	8.868	5%

Fonte: ALMADA, 2018.

Em patrimônio líquido o Sicoob em relação ao mercado bancário ocupa a 6ª posição. O *ranking* é apresentado em milhões, e a variação percentual que o mesmo possui de 2016 e 2017 foi de 14%, perdendo para a Caixa que teve o maior percentual comparados aos outros bancos (27%).

O *Market Share* em patrimônio líquido referente ao ano de 2017, será representado abaixo, tanto no sistema financeiro nacional quanto no sistema financeiro cooperativo.

Figura 13. Market Share do Sicoob em patrimônio líquido em 2017



Fonte: ALMADA, 2018.

Todas as instituições financeiras que compões o sistema financeiro nacional possui R\$ 635 bilhões de patrimônio líquido, sendo 4,7% pertencente ao sistema Sicoob, em relação ao sistema financeiro cooperativo ele representa 44% de R\$ 42 bilhões.

DEPÓSITOS TOTAIS
- R\$ MILHÕES 55.685
47.674
37.059
31.312
2012 2013 2014 2015 2016 2017

Figura 14. Evolução dos depósitos totais no sistema Sicoob do ano de 2012 a 2017

Fonte: ALMADA, 2018.

Os depósitos à vista também tiveram aumento considerável, depósitos esses que as instituições capta, para sua disponibilidade, podendo emprestar para seus agentes deficitários. Do ano de 2012 a 2017, o a taxa de crescimento foi de

166,22%. De um ano para outro as taxas percentuais foram respectivamente 22,59%, 22,11%, 18,35%, 28,64% e 16,80%, a menor percentual de crescimento ocorreu no ano de 2016 a 2017 e o maior foi em 2015 a 2016. No período de 2014 a 2016 o Sicoob cresceu em depósitos totais 52,25%.

A próxima tabela demonstra a posição que o Sicoob ocupa em depósitos totais em relação as outras instituições financeiras no ano de 2017. Além disso, apresenta a variação percentual do ano de 2016 e 2017.

Tabela 7. Posição do Sicoob Depósitos em relação ao mercado bancário no ano de 2017

RANKING	INSTITUIÇÕES	2017	EVOLUÇÃO (2016 x 2017)
1º	CAIXA	507.120	-1%
	BANCO DO		
2º	BRASIL	450.287	1%
30	ITAÚ	445.049	20%
4º	BRADESCO	267.256	13%
5º	SANTANDER	205.494	40%
6º	SICOOB	55.685	16%
7º	SICREDI	50.367	17%
80	BANRISUL	47.125	10%
9º	BANCOOB	30.966	20%
10⁰	SICREDI	16.105	25%

Fonte: ALMADA, 2018.

O Sicoob ocupa a sexta posição em depósitos totais comparado aos outros bancos, e de 2016 e 2017 teve uma variação percentual de 16%. O banco que teve o maior taxa de crescimento nesse período foi o Santander com 40%.

A participação do sistema Sicoob no mercado é apresentado na próxima figura, referente ao ano de 2017. É demonstrado a participação no sistema financeiro nacional e no sistema financeiro cooperativo.

Figura 15. Market Share do Sicoob em depósitos totais em 2017



Fonte: ALMADA, 2018.

O Sistema financeiro nacional é composto por R\$ 2,3 trilhões de depósitos totais, desse valor o Sicoob é responsável por 5%. No sistema financeiro cooperativo como um todo representa R\$ 113 bilhões, sendo 49% representado pelo Sicoob.

E para finalizar a lista dos principais agregados que tem uma considerável participação nas cooperativas e no sistema financeiro, podem-se observar na figura 16 os valores das operações de crédito no período de 2012 a 2017.

2012 a 2017 OPERAÇÕES DE CRÉDITO - R\$ MILHÕES -42.865 38,476 36.351 31.029 25.993 20.963 2012 2013 2014 2015 2016 2017

Figura 16. Evolução das operações de crédito no sistema Sicoob do ano de

Fonte: ALMADA, 2018.

Sabe-se que para uma instituição financeira ofertar crédito é muito importante, pois além de estar contribuindo para o cooperado investir no seu negócio, as cooperativas possuem *spread*, que representa a diferença do valor que o cooperado demanda com o que as cooperativas recebem, mesmo praticando taxas de juros menores. Pode-se observar que o período que as cooperativas mais aumentaram sua carteira de crédito foi no ano de 2017, mas a maior taxa de crescimento foi de 2012 a 2013 com 23,99%, e do ano de 2014 a 2016 tiveram um crescimento de 24%.

A tabela 8, demonstra o *ranking* em milhões do mercado bancário, apresentando a posição que o Sicoob ocupa em carteira de crédito em 2017.

Tabela 8. Posição do Sicoob operações de crédito em relação ao mercado bancário no ano de 2017

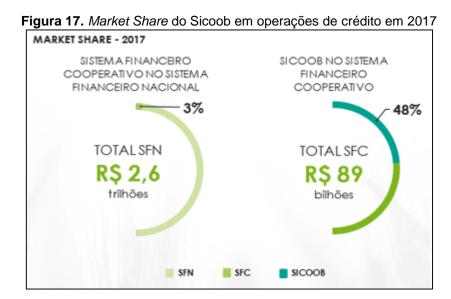
INSTITUIÇÕES	2017	EVOLUÇÃO (2016 x 2017)
CAIXA	658.235	0%
BANCO DO BRASIL	544.321	-7%
ITAÚ	402.519	-1%
BRADESCO	287.833	-7%
SANTANDER	205.297	5%
SAFRA	48.087	19%
SICOOB	42.865	11%
VOTORANTIM	41.533	2%
SICREDI	40.219	22%
BANRISUL	25.815	5%
	CAIXA BANCO DO BRASIL ITAÚ BRADESCO SANTANDER SAFRA SICOOB VOTORANTIM SICREDI	CAIXA 658.235 BANCO DO BRASIL 544.321 ITAÚ 402.519 BRADESCO 287.833 SANTANDER 205.297 SAFRA 48.087 SICOOB 42.865 VOTORANTIM 41.533 SICREDI 40.219

Fonte: ALMADA, 2018.

Em operações de crédito o Sicoob ocupa a 7ª posição comparado aos outros bancos, com uma carteira de R\$ 42.865 milhões. Conforme os dados da tabela, o primeiro banco teve um percentual de crescimento do ano de 2016 e 2017 zerado, e os outros três primeiros bancos teve percentual negativo, enquanto o

Sicoob teve uma taxa de crescimento de 11%, abaixo apenas do banco Safra (19%) e o sistema cooperativo Sicredi.

Market Share do Sicoob em operações de crédito é apresentado na figura 17 abaixo, referente ao ano de 2017. Tem o intuito de informar a parcela do sistema Sicoob no sistema financeiro nacional como no sistema financeiro cooperativo.

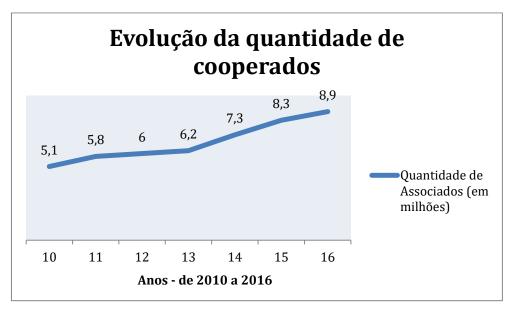


Fonte: ALMADA, 2018.

O sistema financeiro nacional no ano de 2017 acumulou sua carteira de crédito em R\$ 2,6 trilhões, sendo 3% correspondente ao Sicoob. O sistema financeiro cooperativo apresentou R\$ 113 bilhões, sendo 49% pertencente ao sistema Sicoob.

E para finalizar, apresenta evolução da quantidade de indivíduos brasileiros que passaram a ser cooperados de alguma cooperativa de crédito no período de 2010 a 2016.

Figura 18. Evolução da quantidade de cooperados analisando o período de 2010 a 2016



Fonte: BACEN, 2016b, p. 15.

Diante de todas as vantagens de se associar a uma cooperativa, e do avanço no sistema financeiro, elas foram ganhando credibilidade e as pessoas começaram a se interessar cada vez mais pela instituição.

Ao analisar os dados extraídos do Banco Central (2016b), compreende-se que desde o ano de 2010 houve uma considerável evolução na quantidade de pessoas que se associaram as cooperativas. Percentualmente o aumento corresponde a mais da metade dos cooperados, com 74,51% de 2010 a 2016, e do período de 2014 a 2016 a evolução foi de 21,92%. Nota-se que o maior aumento foi do ano de 2013 a 2014 com 17,74%.

Diante de todas as figuras e tabelas apresentadas e analisadas neste capítulo, compreende-se que as cooperativas como um todo obtiveram evolução considerável no período de 2014 a 2016, em ativos houve crescimento de 50,77%, em patrimônio líquido de 35,09%, depósitos totais a evolução foi de 52,25% e em carteira de crédito o crescimento foi de 24%, e mesmo diante da crise enfrentada pelo país permaneceram firmes para enfrentar os problemas e convertê-los como oportunidades de crescimento.

Foi possível analisar ainda que a participação do sistema Sicoob em relação a todos agregados financeiros é de suma importância no sistema bancário, comparando a evolução do Sicoob com os outros bancos comerciais. Pode-se dizer então que as cooperativas visam ser reconhecidas como a principal instituição

financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados, com transparência, comprometimento, respeito, ética, solidariedade e responsabilidade.

CONCLUSÃO

As cooperativas de crédito vêm crescendo fortemente no mercado financeiro, principalmente às do segmento de crédito rural, uma vez que elas têm como objetivo auxiliar os produtores rurais de todas as classes no ciclo produtivo. De acordo com o exposto no decorrer do estudo, as cooperativas passaram a ser conhecidas no Brasil a partir de 1841. E com o passar dos anos, as pessoas foram reconhecendo o que realmente iria gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis. As cooperativas de crédito diante dos seus princípios, passaram a se diferenciar dos bancos comerciais que visavam apenas lucros sobre seus clientes, já as cooperativas possuem como foco o pensar no "próximo", proporcionando os mesmos produtos que um banco comum, porém com taxas atrativas e distribuindo as "sobras" para seus cooperados.

De todos os produtos ofertados pelas cooperativas, o essencial é o crédito rural, que tem o objetivo de alavancar a produção principalmente dos médios e pequenos produtores rurais, com taxas de juros baixas e prazo maiores. As linhas de crédito rural mais demandadas são a de custeio, investimento e comercialização, pois auxiliam o produtor rural a investir na plantação no começo da produção, a custear o cultivo e também a comercializar a sua cultura. São essas linhas que elevam o PIB do agronegócio, e de acordo com dados retirados do Banco Central, é feito análise da participação das cooperativas de crédito rural no PIB do ramo agrícola em cada linha apresentada.

De acordo com as informações de quanto as cooperativas ofertaram de crédito do ano de 2014 a 2016, foi possível compreender o crescimento significativo de 24% em relação ao sistema financeiro nacional.

E para concluir o estudo, foi apresentado dados para comprovar a evolução das cooperativas de crédito com os principais agregados financeiros, obteve 50,77% de crescimento em ativos, 35,09% em patrimônio líquido, 52,25% em depósitos totais e 24% em operações de crédito, percebe-se que de acordo com as taxas de crescimento, as cooperativas captaram mais do que emprestaram no mesmo período, obtendo maior liquidez, essa evolução que foi alcançada em um determinado período, pois em alguns momentos houve oscilações, como a fase que o país enfrentava crise econômica.

O presente trabalho teve como finalidade demonstrar que mesmo em períodos de crise, as cooperativas continuaram trabalhando e conseguiram se destacar entre os bancos comerciais, que optaram por ficar estáveis. Foi esse o momento das cooperativas aderirem credibilidade e reconhecimento no sistema financeiro nacional, visto que visaram oportunidades de crescimento.

Enfim, diante de todos os dados apresentados pode-se concluir que as cooperativas de crédito e em especial o sistema Sicoob, estão progredindo, conquistando uma parcela do sistema financeiro nacional, e se consolidando cada vez mais, não como uma alternativa, mas como realidade, o que explica o seu crescimento e preferência de boa parte da população brasileira.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, R. Resolução – BC: repasse de exigibilidade no crédito rural para sistema cooperativo. In: Portal Ricardo Alfonsin Advogados, 2017. Disponível em: https://alfonsin.com.br/agriculturanotcias-resoluo-bc-repasse-de-exigibilidade-no-crdito-rural-vale-para-sistema-cooperativo/>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

ALMADA, M. A. O SICOOB e o financiamento para o agronegócio. Sicoob, 2018.

ANTÃO, R. A. de S.; CAMPANHOLO, T. **O crédito rural no contexto do desenvolvimento econômico e social.** In: Revista da Católica, Uberlândia, v. 3, n. 5, jan./ jul. 2011. p. 1-12.

ARAÚJO, E. A. T.; SILVA, W. A. C. Cooperativas de crédito: A evolução dos principais sistemas brasileiros com um enfoque em indicadores econômico-financeiros. In: Revista Contemporânea de Economia e Gestão 9 (1), 2011. p. 117-126.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Resolução N.º 4.434, de 5 de agosto de 2015**. Brasília, 2015. p. 1-26. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/48507/Res_4434_v1_O.pdf>. Acesso em: 06 de outubro de 2018.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Quantidade e valor dos contratos por segmento e IF**. Brasília, 2016a. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/r/micrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcSegmentoIF.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Segmento%20e%20IF&exibeparametros=true&botoesExportar=true. Acesso em: 05 de setembro de 2018.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Quantitativo de instituições autorizadas por segmento**. Brasília, 2016b. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/htms/deorf/d201711/Quadro%2001%20-%20-%20Quantitativo%20de%20instituições%20por%20segmento.pdf. Acesso em: 15 de março de 2018.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Resolução N.º4.500, de 30 de junho de 2016.** Brasília, 2016c. Disponível em:

https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50223/Res 4500 v1 O.pdf. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Manual de Crédito Rural**. Brasília, 2018a. Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/mcr>. Acesso em: 30 de junho de 2018.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Quantidade de cooperativas de crédito por tipo e categoria**. Brasília, 2018b. Disponível em: Acesso em: 20 de março de 2018.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Taxa de juros de operação e crédito**. Brasília, 2018c. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/c/TXJUROS/>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

BACEN, Banco Central do Brasil. **Quantidade de instituições autorizadas por tipo, com sede nas unidades da federação (UF)**. Brasília, 2018d. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/deorf/d201808/Quadro%2002%20-%20Quantitativo%20de%20instituições%20autorizadas%20por%20tipo%20com%20sede%20nas%20UFs.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2018.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Crédito Rural.** Brasília, 2016a. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/politica-agricola/credito-rural>. Acesso em: 10 de agosto de 2018.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo Rural**. Brasília, 2016b. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo-rural. Acesso em: 25 de junho de 2018.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agropecuária puxa o PIB de 2017**. Brasília, 2017a. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/noticias/agropecuaria-puxa-o-pib-de-2017>. Acesso em: 06 de junho de 2018.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Desempenho do Crédito Rural na safra 2017-2018**. Brasília, 2017b. Disponível em: . Acesso em: 26 de agosto de 2018.

CEPEA. **PIB do agronegócio brasileiro.** In: CEPEA, Centro de Pesquisas econômicas da Escola Superior de Agricultura, 2018. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

CNA, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. **Agronegócio.** 2016. Disponível em: https://www.cnabrasil.org.br/noticias/agropecuaria-supera-

<u>obstaculos-e-segue-liderando-economia-brasileira-em-2016</u>>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

COOP, Portal do cooperativismo financeiro. **Cenário Brasileiro**. 2016. Disponível em: http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

COOP, Portal do cooperativismo financeiro. **História do Cooperativismo**. 2010. Disponível em: http://cooperativismo/historia-do-cooperativismo/>. Acesso em: 05 de março de 2018.

COOP, Portal do cooperativismo financeiro. **Segundo o Sicoob, cooperativas de crédito rural diversificam atuação**. 2013. Disponível em: http://cooperativismodecredito.coop.br/2013/11/segundo-o-sicoob-cooperativas-decredito-rural-diversificam-atuacao/. Acesso em: 23 de junho de 2018.

COOP, Portal do cooperativismo financeiro. **Lei Complementar 130/2009.** In: Portal do Cooperativismo Financeiro, 2009. Disponível em: http://cooperativismodecredito.coop.br/legislacao-e-gestao/lei-complementar-1302009/>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

COOP, Portal do cooperativismo financeiro. **Lei Nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. In: Portal do Cooperativismo Financeiro, s/d. Disponível em: http://cooperativismodecredito.coop.br/legislacao-e-gestao/lei-5-7641971/>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

ETGETO, A. A. et al. **Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil**. In: Rev. Maringa Management: Ciências Empresariais, v.2, n.1, jan./jun., 2005. p. 7-19.Disponível em: http://www.maringamanagement.com.br/novo/index.php/ojs/article/download/30/15>. Acesso em: 06 de outubro de 2018.

ESCHER, M. J. **Diferenças entre cooperativas de crédito e bancos comerciais**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão de Curso. Três Passos (RS), 2013.

GERIZ, S. D. As cooperativas de crédito no arcabouço institucional do sistema financeiro nacional. In: Rev. Prim@ Facie, Ano 3, N. 4, jan./junh. 2004. p. 82-110. Disponível em:

http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/primafacie/article/view/4458/3363>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

GOULART, J. Cooperativas de crédito já são o 6º maior banco do país. In: Jornal O Estado de São Paulo. 3 Abril de 2016. Disponível em:

https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,cooperativas-de-credito-ja-sao-o-6-maior-banco-do-pais,10000024641. Acesso em: 30 de agosto de 2018.

LIMA, T. D.; DEUS, L. N. A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira. In: Revista Cadernos de Economia, Chapecó, v.17, n. 32, jan./jun. 2013. p. 52-65. Disponível em:

https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rce/article/viewFile/1651/922. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

LOPES, D.; LOWERY, S.; PEROBA, T. L. C. **Crédito rural no Brasil: desafios e oportunidades para a promoção da agropecuária sustentáv**el. In: Revista do BNDS 45, junho 2016. p. 155-196. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/9518/1/5-

%20Crédito%20rural%20no%20Brasil%20desafios%20e%20oportunidades%20para %20a%20promoção%20da%20agropecuária%20sustentável.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

MÁXIMO, W. Juros do crédito rural subiram menos que taxa Selic, diz ministro. In: Portal Agência Brasil, de 05 de junho de 2014. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2014-06/Juros%20do%20cr%C3%A9dito%20rural%20subiram%20menos%20que%20taxa%20Selic%2C%20diz%20ministro. Acesso em:07 de outubro de 2018.

MEINEN, Ê. Cooperativismo Financeiro: virtudes e oportunidades. Brasília: Confebras, 2016.

PAGNUSSATT, D. Infográfico da Resolução 4.434/2015: Classificação, capital e patrimônio líquido das cooperativas de crédito. In: AC Brasil, Assessoria e Consultoria para Cooperativas, 2015. p. 1-5.

PORTAL "O SEU DINHEIRO VALE MAIS". Cooperativas de crédito singulares: conheça as modalidades e as novas categorias. 2016. Disponível em: https://www.oseudinheirovalemais.com.br/cooperativas-de-credito-singulares/>. Acesso em: 30 de março de 2018.

PINHEIRO, M. A. H. Cooperativas de Crédito: história da evolução normativa no Brasil. Brasília: BCB, 2008. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf>. Acesso em: 06 de outubro de 2018.

REIS, M. Histórico e evolução do crédito rural brasileiro. Da colônia extrativista aos modernos títulos e mecanismos de financiamento e comercialização da produção agrícola. In: Portal Migalhas, 2017. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI258621,81042-

<u>Historico+e+evolucao+do+credito+rural+brasileiro+Da+colonia</u>>. Acesso em: 7 de outubro de 2018.

SICOOB, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. **Cooperativas de crédito fortalecem economia do país.** Sicoob, s/d. Disponível em:

http://www.sicoobcrediembrapa.com.br/index.php/21-conteudo/noticias-sicoob/327-cooperativas-de-crdito-fortalecem-economia-do-pas,-por-henrique-castilhano-vilares>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

SICOOB, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. **Cooperativas Centrais**. In: Portal Sicoob, 2018a. Disponível em: . Acesso em: 07 de outubro de 2018.

SICOOB, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. **Cooperativas Singulares**. In: Portal Sicoob, 2018b. Disponível em: <a href="http://www.sicoob.com.br/o-sicoob/-/asset_publisher/XUSogK1Xbh3H/content/cooperativas-singulares?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.sicoob.com.br%2F
o-sicoob/3Fp
<a href="mailto:pid/gaine-jalse-wide-jalse-wide-jals

SICOOB, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. **Crédito Rural Sicoob**. In: Portal Sicoob, 2018c. Disponível em: http://www.sicoob.com.br/para-seu-agronegocio-linha-de-credito-financiamento/-

/asset publisher/S2PcJZZGrBnB/content/credito-rural-

<u>sicoob?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.sicoob.com.br%2Fpara-seu-agronegocio-linha-de-credito-</u>

financiamento%3Fp_p_id%3D101_INSTANCE_S2PcJZZGrBnB%26p_p_lifecycle%3D0%26p_p_state%3Dnormal%26p_p_mode%3Dview%26p_p_col_id%3Dcolumn-1%26p_p_col_pos%3D1%26p_p_col_count%3D2>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

SICOOB, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil**. Bancoob**. In: Portal Sicoob, 2018d. Disponível em: http://www.sicoob.com.br/o-sicoob/-

/asset_publisher/XUSogK1Xbh3H/content/bancoob?inheritRedirect=false&redirect=http%3A%2F%2Fwww.sicoob.com.br%2Fo-

sicoob%3Fp p id%3D101 INSTANCE XUSogK1Xbh3H%26p p lifecycle%3D0%2 6p p state%3Dnormal%26p p mode%3Dview%26p p col id%3Dcolumn1%26p p col count%3D2%26 101 INSTANCE XUSogK1Xbh3H struts acti%3D %26 101 INSTANCE XUSogK1Xbh3H struts action%3D%252Fasset publisher% 252Fview>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

SICOOB, Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil. **Cooperativas Sicoob**. In: Portal Sicoob, 2018e. Disponível em: . Acesso em: 20 de março de 2018.

TORRES, L. Taxa Selic: entenda o que é a taxa básica de juros da economia brasileira. In: Portal G1, de 26 de julho de 2017. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/entenda-o-que-e-a-selic-a-taxa-basica-de-juros-da-economia-brasileira.ghtml>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Os princípios da Aliança Cooperativa Internacional – ACI**. s/d. p. 1-2. Disponível em: http://www.peaunesco-sp.com.br/ano_inter/ano_cooperativa/os_principios_da_alianca_cooperativa_internacional.pdf>. Acesso em: 07 de outubro de 2018.